

BRASÍLIA, UMA EXPEDIÇÃO INJUSTIÇADA*

Cybelle de IPANEMA

Injustiçada, porque esquecida; esquecida porque - intencionalmente? - omitida em todos os escritos públicos e particulares referentes à nova capital, sobretudo às suas origens.

Os que estudavam geografia, até há poucas gerações atrás, acostumaram-se a ver, no Estado de Goiás, um retângulo indicativo: "Futuro Distrito Federal". Era o "Quadrilátero de Cruls", da Expedição de 1892, ao Planalto Central, chefiada pelo cientista belga Louis Cruls, a qual assentara aquela região como o centro geográfico do País, indicada para a localização de uma nova sede do governo. Cumprira-se, com os estudos ordenados por Floriano Peixoto, a Constituição de 1891 que determinava, em seu artigo 3º, a posse pela União, de uma área de 14.400 km² no Planalto Central da República onde se ergueria o novo centro administrativo da nação.

Em 7 de setembro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa, em comemoração ao centenário da Independência, colocou a pedra fundamental da futura capital, numa área a pouco mais de 10 km de Planaltina.

A Constituição de 91 foi emendada em 1926; em 1934, o país teve nova Constituição; em 1937 foi imposta a Constituição do Estado Novo. O preceito constitucional continuava, de mudança da Capital, mas esta se

(*) A "nota de abertura" do nº 146 de nossa publicação - "Reconhecimento geográfico para a interiorização da Capital Federal" - provocou da Professores Cybelle de Ipanema, geógrafa e historiadora do Rio de Janeiro, gentilíssima carta retificando e complementando alguns pontos da publicação e enviando-nos cópia de extenso artigo de sua autoria, publicado originalmente no "Correio Braziliense", de Brasília, de 28 de abril de 1968 e transcrito em o vol. 336, de 1982. da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esse artigo, que julgamos oportuno transcrever com algumas omissões que não alteram o sentido, complementarará o que foi publicado na NBH e contribuirá - como o fez a autora - para sanar uma injustiça, qual seja o esquecimento em torno dos trabalhos de reconhecimento do Planalto Central, em 1947, para a localização definitiva da nova capital do País.

traduzia apenas em um retângulo nos mapas de Goiás e em um marco fundamental numa região belíssima sobre uma das colinas que dominam a planície relacionadas com os rios Peripipau e Quati, afluentes do São Bartolomeu.

A Constituição de 46 consagrava o mesmo e um homem entendeu de cumpri-lo: o Presidente Dutra, que encarou com seriedade o problema da mudança e deu os primeiros passos para concretizá-la. Criou, em 1947, a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, cuja presidência entregou a outro ilustre e culto militar, o general Djalma Polli Coelho, partido já do nosso convívio.

A Comissão ficou vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A Subcomissão de Investigações Científicas, presidida pelo Eng^o Cristóvão Leite de Castro, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, organizou duas expedições ao Planalto Central, com o fim de estudar *in loco* as possibilidades de implantação de uma grande cidade. A 2^a expedição teve a direção do Eng^o e Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães e orientação científica do Prof. Leo Waibel. Integravam-na os geógrafos Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra, José Veríssimo da Costa Pereira e Spiridião Faissol.

Da 1^a Expedição, de que tivemos a honra de participar, é que falaremos. Composta de mais de 30 técnicos, voltados para o estudo da geomorfologia, da hidrografia, da biogeografia, da ocupação humana, dos gêneros de vida, da meteorologia, durante 65 dias, ininterruptamente, percorreu 18.000 km, num exaustivo trabalho de levantamento topográfico e observações científicas, do Triângulo Mineiro à Chapada dos Veadeiros, em Goiás, tarefa realizada em caminhão e complementada por percursos de trem, avião, a cavalo e a pé. E ninguém sabe, e ninguém cita, o esforço daqueles pioneiros de 1947, quando a cidade era um sonho utópico e a vasta região estudada, em sua maior parte, o ínvio cerrado do distante Planalto Central.

A Expedição foi organizada no Rio de Janeiro e planejada em todos os detalhes por um eminente geógrafo francês que ministrava, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, a disciplina Geografia do Brasil e era o coordenador das tertúlias científicas do Conselho Nacional de Geografia.

Chegado ao Brasil em 1942, o Prof. Francis Ruellan trazia um vasto renome de pesquisador, de geógrafo de campo, da escola de Emmanuel de Martonne, com quem trabalhava. Aliava a seu lastro científico, uma

extraordinária capacidade de ação e tino administrativo. Nós, seus alunos, forçados em excursão a acompanhar aquele violento ritmo de trabalho, conhecíamos sua justificativa: “C’est mon système” - e ninguém podia ficar para trás, devendo realizar as tarefas, “custe que custe”, no seu português ainda não bem dominado. O Prof. Francis Ruelan deu nova dimensão aos estudos geográficos em nosso país. Implantando na Faculdade Nacional de Filosofia a mentalidade do trabalho de campo, através de excursões freqüentes, foi também o impulsionador do Conselho Nacional de Geografia, cujos quadros se constituíram, na maior parte, de ex-alunos da Faculdade, formados no espírito de uma Geografia atuante.

A este homem de indiscutíveis méritos confiaram o General Polli Coelho e o dr. Leite de Castro a chefia da 1ª Expedição Geográfica ao Planalto Central. Os participantes foram recrutados no Conselho Nacional de Geografia, Faculdade Nacional de Filosofia, Escola de Agronomia, Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), Museu Nacional, Fundação Getúlio Vargas, Prefeitura do Distrito Federal, DASP, Conselho Nacional de Estatística e outras instituições.

A Expedição, desenvolvida de 27 de junho a 1º de setembro de 1947, representou um extraordinário esforço de estudo regional do Planalto Central do Brasil e contribuição importantíssima no equacionamento do problema da nova capital, tão reclamado, mas desta vez realmente tirado da inércia em que jazia por 50 anos, desde Cruls.

(...) O depoimento que a seguir desenrolamos é feito mais ao correr da memória e emoções vividas e tem, apenas, a intenção de trazer aos interessados na história de Brasília o conhecimento de uma valiosa contribuição científica, não sabemos porque razão, ocultada e minimizada.

Aos que vêm acompanhando a cidade desde o início de sua construção, aos que não cessam de chegar e contribuir para a implantação da Capital, espantando-se do arrojo do homem brasileiro, que transformou o deserto cerrado de pastagens, umas poucas fazendas de gado e alguns centros agrícolas, em um fervilhante centro urbano, não causará menor espanto retroceder mais dez anos antes do início das obras e imaginar o que foram esses caminhos - estradas carroçáveis só transitáveis no inverso, a estação seca -, a desolação dos imensos vazios inabitados, o longínquo interior do Brasil para quem saía do Rio de Janeiro.

Os quatro grupos de trabalho executaram seus estudos e levantamentos nas oito zonas escolhidas pela Comissão, a partir do Triângulo

Mineiro e o Sudeste de Goiás. O ponto mais ao norte atingido foi a Chapada dos Veadeiros. Os outros grupos:

I - Chefe, Alfredo José Porto Domingues, Secretária, Diva Miranda e mais: Alain Ruellan, Henrique Pimenta Veloso, Ney Strauch e José Barra Sobrinho. Trabalhou em Anápolis, Planaltina, Marco Fundamental e Chapada dos Veadeiros, fazendo um pequeno estudo no Triângulo Mineiro.

II - Chefe, Antônio Teixeira Guerra; Secretária, Dora Romariz, além de Ignez Amélia da Silva Leal, Waldir da Cunha, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Carlos de Castro Botelho. Fez as zonas de Silvânia, Goiânia, Corumbá, Pirenópolis, Jaraguá, Colônia Agrícola e também no Triângulo.

III - Chefe, Nilo Bernardes; Secretária, Lysia Maria Cavalcanti, com Raífa Tauile, Léa Benjakir, Claude Paul Coubert, Cesar Antônio Elias e Daniel Villey. Sua zona foi Ipameri, Caldas Novas, Luziânia, Toribaté, Tupaciguara, Uberlândia e Nova Ponte.

Tudo esse trabalho foi coordenado pelo Grupo de Direção, integrado pelo Prof. Francis Ruellan, sua senhora Annete Ruellan, encarregada dos serviços auxiliares e do abastecimento, uma secretária científica, Cybelle Bouyer (hoje, Ipanema), uma secretária administrativa, Glória Tauile, e Frank Roncesvalles, desenhista. Os quatro grupos trabalhavam durante o dia, acampando no fim da tarde.

(...) A saída do Rio deu-se a 27 de junho, em duas turmas, por trem até Belo Horizonte. Aí, entrou-se em contato com o Dr. Lucas Lopes, o geólogo Djalma Guimarães e o Dr. Benedito Quintino dos Santos, do Conselho Regional de Geografia, em Minas Gerais.

De Belo Horizonte, seguiu-se de trem até Monte Carmelo, indo-se a Coromandel instalar o IV Grupo. De Monte Carmelo, no Triângulo, ainda de trem, seguimos até Goiás. Penosíssima a mudança, da Rede Mineira de Viação, em Catalão, para a estrada de Ferro de Goiás. De trem viajamos até Ipameri, onde foi instalado o III Grupo. Só o I e o Grupo de Direção seguiram até Anápolis, então ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiás. Em Anápolis, recebemos o caminhão de material. Aí instalou-se o I Grupo, seguindo o de Direção até Goiânia, que não era, nem de longe, a grande cidade de hoje.

(...) Este alinhavado de recordações não tem outro interesse que fazer - pelo menos, não ignorado - o trabalho de um punhado de pioneiros que, antes dos candangos, também acreditaram na nova capital.